

BALANÇO ANUAL E ENDEREÇOS



Relatório Dos Auditores Independentes Sobre As Demonstrações Financeiras

Aos administradores do CENTRO ESPÍRITA NOSSO LAR CASAS ANDRÉ LUIZ Guarulhos – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do **CENTRO ESPÍRITA NOSSO LAR CASAS ANDRÉ LUIZ** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **CENTRO ESPÍRITA NOSSO LAR CASAS ANDRÉ LUIZ** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A comunicação detalhada dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor, não é requerida a essa entidade, sendo compulsória apenas para as empresas que tem ações, cotas, títulos cotados e registrados em bolsas de valores, ou negociados de acordo com os regulamentos de uma bolsa de valores reconhecida ou órgão equivalente, conforme NBC TA 701 – item 5 do Conselho Federal de Contabilidade.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nosso opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Conforme NBC TA 700 – item 40(b) é compulsório apenas para as entidades listadas, o fornecimento também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicados de todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

A descrição em nosso relatório de auditoria, dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria, conforme NBC TA 701 – item 5 é compulsório apenas as entidades listadas. A obrigatoriedade desses assuntos às entidades listadas, não são aplicáveis a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 02 de março de 2018.

SGS Auditores Independentes CRC 2 SP 020.277/O-5

Presley José Godoy CRC 1 SP 185.052/O-5

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016 EM REAIS

ATIVO	Nota	2017	2016	
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa – sem restrição			522.506	368.194
Aplicações financeiras – sem restrição	03		3.760.997	2.208.611
Aplicações Financeiras – com restrição			319.012	83.409
Contas a receber	04		6.919.635	6.894.625
Estoques			2.246.995	2.429.259
Despesa de exercício seguinte			168.146	163.521
Adiantamento a fornecedores			9.514	48.529
Impostos a recuperar			83.914	83.914
Outros ativos circulantes	05		1.473.772	1.238.464
TOTAL ATIVO CIRCULANTE			15.504.491	13.518.526
NÃO CIRCULANTE REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				
Depósitos judiciais			122.494	112.802
Investimento			2.669.576	2.659.849
Imobilizado	06		12.065.441	13.799.309
Intangível			15.737	26.400
Total ativo não circulante			14.873.248	16.598.360
TOTAL DO ATIVO		30.377.739	30.116.886	

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016 EM REAIS

PASSIVO	Nota	2017	2016
CIRCULANTE			
Fornecedores		3.370.185	2.835.051
Obrigações Sociais	07	3.812.819	3.539.341
Obrigações Fiscais	08	726.021	570.967
Provisão De Férias E Encargos		7.457.471	7.192.683
Empréstimos E Financiamentos	12	2.006.761	846.132
Parcelamento De Tributos		92.324	60.673
Projetos A Executar		868.027	639.278
Outros Passivos Circulantes		853.699	660.018
Total Passivo Circulante		19.187.307	16.344.143
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos E Financiamentos	12	1.898.742	1.730.802
Contingências A Pagar	11	462.500	576.000
Total Passivo Não Circulante		2.361.242	2.306.802
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio Líquido		8.829.190	11.465.941
Total Do Patrimônio Líquido		8.829.190	11.465.941
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LIQUIDO		30.377.739	30.116.886

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016 EM REAIS

RECEITAS	Nota	2017	2016
Receita de doações	09	29.698.262	29.905.694
Receita de subvenção e convênios específicos	10	28.668.002	28.505.621
Receita dos mercatudos		45.656.478	43.495.625
Resultado de equivalência patrimonial		9.727	8.834
Subvenção – loas		6.489.451	6.305.882
Trabalho voluntário	16	136.421	143.261
Outras receitas		3.089.694	5.174.903
Total das receitas		113.748.035	113.539.820
DESPESAS			
Salários e encargos		(76.930.676)	(78.298.059)
Materiais de consumo e manutenção		(8.635.417)	(12.104.447)
Administrativas e gerais		(21.071.835)	(21.156.870)
Gêneros alimentícios		(4.060.200)	(2.670.043)
Medicamentos		(2.212.171)	(2.582.554)
Publicidade		(1.980)	(2.605.366)
Depreciações		(1.746.902)	(1.104.806)
Trabalho voluntário	16	(136.421)	(143.261)
Total das despesas		(114.795.602)	(120.665.406)
Superávit/déficit operacional		(1.047.567)	(7.125.586)
Outras receitas/(despesas) operacionais			
Resultado na alienação imobilizado		106.608	336.164
Total de outras receitas/(despesas) operacionais		106.608	336.164
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras		663.544	639.030
Despesas financeiras		(2.359.336)	(1.392.458)
Total resultado financeiro		(1.695.792)	(753.428)
SUPERÁVIT/(DEFICIT) DO EXERCÍCIO		(2.636.751)	(7.542.850)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LIQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016 EM REAIS

	Patrimônio So	ocial Reserva Reava	aliaçãoSuperávit /Déficit do	exercício To
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	18.605.628	403.163	-	19.008.791
Realização reserva de reavaliação – controlada	-	(120.836)	120.836	-
Fransferência para patrimônio social	120.836	-	(120.836)	-
Superávit /(déficit) do exercício	-	-	(7.542.850)	(7.542.850)
ransferência para patrimônio social	(7.542.850)	-	7.542.850	-
ALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	11.183.614	282.327	-	11.465.941
Realização reserva de reavaliação – controlada	-	(120.836)	120.836	-
ransferência para patrimônio social	120.836	-	(120.836)	-
Superávit /(déficit) do exercício	-	-	(2.636.751)	(2.636.751)
ransferência para patrimônio social	(2.636.751)	-	2.636.751	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	8.667.699	161.491	-	8.829.190

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016 EM REAIS

	2017	2016
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit (déficit) do período	(2.636.751)	(7.542.850)
Aumento (diminuição) dos itens que não afetam o caixa:		
Depreciação e amortização	1.746.898	1.247.827
Perdas (ganhos) na alienação sobre o ativo imobilizado e intangível	168.306	(200.666)
Redução (aumento) do ativo		
Aplicações financeiras	(1.787.989)	5.788.736
Contas a receber	(25.010)	(2.100.299)
Estoques	182.264	51.220
Outros ativos	(210.610)	715.138
Aumento (redução) do passivo		
Fornecedores	535.134	(1.267.705)
Obrigações sociais e fiscais	428.532	(474.593)
Provisão de férias e encargos	264.788	1.296.382
Outros passivos	340.581	278.988
Geração (utilização) de caixa das atividades operacionais	(993.857)	(2.207.822)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisições de investimento	(9.727)	(8.832)
Aquisições de imobilizado e intangível	(170.673)	(444.458)
Geração (utilização) de caixa em atividades de investimentos	(180.400)	(453.290)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Recebimentos de empréstimos e financiamentos	1.328.569	2.576.934
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	-	-
Geração (utilização) de caixa em atividades de financiamentos	1.328.569	2.576.934
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes	154.312	(84.178)
Caixa e equivalentes no início do período	368.194	452.372
Caixa e equivalentes no fim do período	522.506	368.194
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes	154.312	(84.178)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 Em Reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Centro Espírita Nosso Lar Casas André Luiz é uma associação, nos termos do artigo 53 do Código Civil Brasileiro, de caráter religioso e filantrópico, de inspiração cristã, de duração ilimitada e sem finalidade lucrativa, e por finalidade:

Prática da caridade material, moral e espiritual, bem como a divulgação dos princípios doutrinários espíritas por qualquer mídia conhecida no País, não se fazendo qualquer distinção de sexo, raça, cor, credo religioso ou político, devendo manter sempre leitos e serviços para uso público gratuito nos termos deste artigo.

Tratamento de pacientes portadores de deficiência mental com ou sem deficiência física associada, em regime de internato e ambulatorial, em todas as casuísticas (severa, profunda, moderada e leve), com a aplicação de modernos tratamentos interdisciplinares.

Tratamento terapêutico espiritual complementar aos pacientes necessitados.

Parágrafo único - Como entidade filantrópica, poderá instituir fundações, manter e

administrar abrigos, ambulatórios, escolas de ensino regular técnico, fundamental.

médio e superior, farmácias de manipulação para uso próprio, fundações, sanatórios, bem como estabelecimentos similares para prestação de serviços.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e levam em consideração a Norma Brasileira de Contabilidade – ITG 2002 (R1) específicas para Entidades sem Finalidades de Lucros e a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade para preparação de suas demonstrações financeiras.

RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A) Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade.

B) Apuração das receitas e despesas do exercício

As receitas e despesas são registradas considerando o regime de competência de exercícios, e são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, Avisos Bancários, Recibos e outros. As despesas da entidade são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos em conformidade com as exigências fisco legais.

C) Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas e premissas que incluem a provisão para contingências e provisão

estimativa para créditos de liquidação duvidosa. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A entidade revisa as estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.

d) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, contas a pagar e outros passivos.

E) Ativos circulantes e não circulantes

Caixa e equivalentes de caixa

Os valores registrados em disponibilidades referem-se a saldos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediatas com baixo risco de variação no valor de mercado, e consideradas como equivalentes de caixa.

Aplicações financeiras

São registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Contas a receber

Os valores das contas a receber são contabilizados considerando o regime de competência de suas operações.

Provisão estimativa para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. A provisão estimativa para créditos de liquidação duvidosa é calculada por valor suficiente para cobrir eventuais perdas desses créditos.

Estoques

São demonstrados ao custo médio de aquisição, que não excedem o custo de reposição ou valor líquido de realização.

Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, com as respectivas depreciações registradas pelo método linear, de acordo com as taxas mencionadas na nota explicativa n.º 06.

Redução ao valor recuperável

O ativo imobilizado e o intangível têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A Entidade não identificou qualquer evidência que justifica a necessidade de provisão em 31 de dezembro de 2017.

F) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

Provisões

As provisões são reconhecidas, quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento

passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

G) Gratuidades e Assistência Social

Estão demonstradas conforme legislação vigente Lei n.º 12.101/09 e alterações e o Decreto n.º 8.242/14.

H) Doações

As doações recebidas são reconhecidas como receita quando recebidas. Demais despesas e receitas são apuradas pelo regime de competência

I) Aplicação de recursos

Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas Despesas e Investimentos Patrimoniais.

3. APLICAÇÕES FINANCEIRAS – SEM RESTRIÇÃO

	2017	2016
Poupança	2.831	21.868
Aplicações em CDB	-	1.570
Aplicações em fundos de investimentos	3.758.166	2.185.173
TOTAL	3.760.997	2.208.611

4. CONTAS A RECEBER

	2017	2016
Convênio SUS	2.416.883	2.187.283
Cheques a receber	904.829	916.321
Cartões de crédito	3.597.923	3.791.021
TOTAL	6.919.635	6.894.625

5. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES

	2017	2016
Adiantamentos de férias	896.094	653.368
Adiantamentos compra de funcionários	297.135	366.433
Outros	280.543	218.663
TOTAL	1.473.772	1.238.464

6. MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO

Descrição	Taxa atual %	Saldo 31.12.2016 R\$	Adições R\$	Baixas R\$	Transf. R\$	Saldo 31.12.2017 R\$
Custo						
Terrenos		2.047.817	-	-	-	2.047.817
Edificações	4	14.636.048	-	-	-	14.636.048
Máquinas e equipamentos	10	5.340.668	86.362	(13.020)	-	5.414.010
Móveis e utensílios	10	2.003.544	26.293	-	-	2.029.837
Computadores e periféricos	20	851.824	-	-	-	851.824
Veículos	20	2.719.183	45.000	(181.097)	-	2.583.086
Obras em andamento		2.385.559	-	-	-	2.385.559
Biblioteca		4.355	-	-	-	4.355
Outros	_	91.013	13.020	(91.233)	-	12.800
TOTAL		30.080.011	170.675	(285.350)	-	29.965.336
Depreciação acumulada						
Edificações		(8.052.374)	(752.472)	-	-	(8.804.846)
Máquinas e equipamentos		(4.261.010)	(307.669)	-	-	(4.568.679)
Móveis e utensílios		(1.466.619)	(192.644)	-	-	(1.659.263)
Computadores e periféricos		(846.289)	(2.325)	-	-	(848.614)
Veículos		(1.654.410)	(491.788)	127.705	-	(2.018.493)
TOTAL	- -	(16.280.702)	(1.746.898)	127.705	-	(17.899.895)
TOTAL	-	13.799.309	(1.576.223)	(157.645)		12.065.441

7. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

8. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	201	7 2016		2017	7 2016
Salários a pagar	2.703.16	0 2.556.111	IRRF a recolher	585.199	9 487.446
INSS a recolher	400.65	1 375.684	Outras contribuições a recolher	60.740	46.410
FGTS a recolher	608.84	8 552.644	ISS a recolher	80.082	2 37.111
Outros	100.16	54.902	TOTAL	726.02	570.967
TOTAL	3.812.81	9 3.539.341			
9. RECEITAS DE DOAÇÕES	2017	2016	10. RECEITAS DE SUBVENÇÕES I	E CONVÊNIOS ES	PECÍFICOS 2016
Captação c/ telemarketing	25.159.027	24.927.789	Sistema Único de Saúde	27.624.995	27.624.995
Doações de materiais p.F – p. J	2.448.839	2.107.193	Secretaria Municipal de Saúde	-	211.876
Doações de gen. Alimentícios	592.373	382.822	Secretaria de Estado da Saúde	1.043.007	668.750
Doações de medicamentos	393.722	446.201	TOTAL	28.668.002	28.505.621
Donativos p. F.	265.706	1.301.033			
Donativos p.J.	30.214	1.613			
Doação de imóveis	-	1.800			
Outros	808.381	737.243			

11. CONTINGÊNCIAS A PAGAR

TOTAL

A entidade está sendo questionada judicialmente sobre alguns processos judiciais, consequentemente, a Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos optou em provisionar em 31 de dezembro de 2017 o montante de R\$ 462.500. (Em 31 de dezembro de 2016 - R\$ 576.000) para aquelas causas que a possibilidade de perda é provável.

29.905.694

29.698.262

Há processos judiciais considerados pelam consultoria jurídica de natureza de perda possível no montante de R\$ 462.500. (Em 31 de dezembro de 2016 – R\$ 460.800).

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Descrição	Taxa	No.	Vencimento Pas	sivo Circulante Passiv	o Não Circulante	Total	Total
	Mês	Parcelas		26/09/19			
Banco Bradesco S/A	1,39%	1,39%	26/09/19	01/08/20	221.798	494.463	-
Caixa Econômica Federal	2,25%	2,25%	01/08/20	15/06/19	1.766.099	2.829.054	-
Banco Santander S.A	1,66%	1,66%	15/06/19	26/09/19	673.463	2.020.389	3.367.315
(-) juros a incorrer				01/08/20	(762.618)	(1.438.403)	(790.381)
TOTAL				15/06/19	1.898.742	3.905.503	2.576.934

13. ATENDIMENTOS AO SUS - PORTARIA n.º 834/2016 Ministério da Saúde

Em atendimento a legislação vigente Lei n.º 12.101/09 e alterações e o decreto n.º 8.242/14 a Entidade apurou percentual de atendimento SUS de 100%.

14. RENÚNCIA FISCAL

Em atendimento a ITG 2002 (R1) a Entidade tem os tributos mencionados abaixo com base de sua renúncia fiscal: INSS Quota Patronal, PIS sobre Fopag, PIS sobre receitas, COFINS sobre receitas, ISS sobre receitas, IPTU, IRPJ, CSLL, IRRF s/ aplicações financeiras.

15. ISENÇÃO PREVIDÊNCIÁRIA USUFRUÍDA

Em atendimento a legislação vigente os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas durante os exercícios de 2017 e de 2016, correspondem aos montantes de R\$ 17.097.872 e de R\$ 16.965.645, respectivamente.

16. TRABALHO VOLUNTÁRIO

Durante os exercícios de 2017 e de 2016 a Entidade apurou um custo de R\$ 136.421 e de R\$ 143.261, respectivamente decorrente de serviços voluntários utilizando o critério de reconhecimento do valor justo pela prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

17. DECISÃO JUDICIAL - IMUNIDADE PIS

A entidade não está recolhendo os pagamentos do PIS – Programa de Integração Social com base em Decisão Judicial que suspendeu a cobrança. Dessa forma, a Administração optou em não recolher e não constituir provisão.

18. COBERTURA DE SEGUROS

Os seguros são contratados por valores considerados suficientes pela Entidade para cobrir eventuais riscos e perdas sobre seus ativos. Os principais seguros mantidos pela entidade são de incêndio, raio e vendaval para as edificações no valor de cobertura nos exercícios de 2017 e de 2016, correspondem aos montantes de R\$ 56.400.000 e de R\$ 53.545.000, respectivamente.

19. INSTRUMENTOS DERIVATIVOS

Os instrumentos financeiros estão apresentados no balanço patrimonial pelos valores de custo, acrescidos das receitas auferidas e despesas incorridas, os quais se aproximam dos valores de mercado. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e estabelecimento de sistemas de controles.

A Entidade não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente e, tampouco, possui em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

ENDEREÇOS

Unidades de atendimento ao Deficiente Intelectual

Sede Social, Unidade de Longa Permanência e Administração

Av. André Luiz, 723 Picanço, Guarulhos/SP CEP: 07082-050 Tel.: 11 2457-7733

(Visitas: domingos e feriados das

14h às 16h)

Ambulatório de Deficiência Intelectual

Rua Vicente Melro, 878 Vila Galvão, Guarulhos/SP CEP: 07056-110

Tel.: 11 2452-4033

Centrais de Arrecadação

Escritório Administrativo CAT

R. Ezequiel Freire, 732/736 Santana, São Paulo/SP CEP: 02034-002 Tel.: 11 2973-5620

CAT Santos

Av. Pedro Lessa, 970 Altos - Aparecida, Santos/SP CEP: 11025-000

Tel.: 13 3273-8269

CAT São Paulo

R. São Francisco, 71 Centro, São Paulo/SP CEP: 01005-020

Tel.: 11 3106-9011 / 3106-9410

Mercatudos

CAMPINAS

Campos Elíseos

Av. Presidente Juscelino, 364 CEP: 13060-858 Tel: 19 3228-1032

GUARULHOS

Cumbica

R. Brig. Mario Perdigão Coelho,481 CEP:07180-260

Tel: 11 7300-2567

Jardim São João

R. Estrela de Belém, 3037 (Antiga estrada de Guarulhos Nazaré, 125) CEP: 07181-200 Tel: 11 2466-5950

Parque São Miguel (Pimentas)

R. Joaquim Moreira, 39 CEP: 07260-220 Tel: 11 2499-1304

Vila Galvão

R. São Gabriel, 177 CEP: 07056-090 Tel: 11 2304-7290

Vila Rio de Janeiro

R. Cachoeira, 2600 CEP: 07080-000 Tel: 11 2456-2051

OSASCO

Jardim Mutinga

Av. Presidente Médice, 1381 CEP: 06268-000 Tel: 11 3659-6354

SÃO PAULO

Itaim Paulista

Av. Marechal Tito, 5946 CEP: 08115-000 Tel: 11 2561-1769

São Miguel Paulista

R. Mohamed Ibrahin Saleh, 602 CEP: 08042-120 Tel: 11 2052-4950

Santo Amaro

Estrada de Itapecerica, 8635 CEP: 05858-003 Tel: 11 5821-7484

SOROCABA

Vila Angélica

R. Fernão Dias Falcão, 06 CEP: 18070-090

Tel: 15 3234-1290 / 3212-4649

Unidades Doutrinárias

Unidade Doutrinária de Vila Galvão e Departamento de Gestantes

R. Vicente Melro, 878 Vila Galvão, São Paulo/SP CEP: 07056-110

Tel.: 11 2452-5976

Unidade Doutrinária de Santana e Departamento de Gestantes

R. Duarte de Azevedo, 691 Santana, São Paulo/SP CEP: 02036-022

Tel.: 11 2973-6579 / 2973-6580

Unidade Doutrinária de Vila Gustavo

Rua Major Dantas Cortez, 276 Vila Gustavo, São Paulo/SP

CEP: 02206-000 Tel.: 11 2201-3175

Centro de Estudos e Pesquisas Espirituais

Unidade de Longa Permanência

Av. André Luiz, 723 Picanço, Guarulhos/SP CEP: 07082-050 Tel.: 11 2457-7733



Ser youtuber Sonho que virou realidade para Janderson, paciente das Casas André Luiz que aos 3 anos foi internado com tetraparesia e comprometimento crural, deficiências que limitam 60% dos seus movimentos.

Abandonado pela familia e dependente para realizar quaisquer tarefas, recebeu tratamento especializado de reabilitação, como fisioterapia, psicologia, fonoaudiologia, entre outros.

Hoje, aos 40, além de ter seu próprio canal e se divertir jogando video game, Janderson trabalha como officeboy interno na Instituição e na redação do Jornal Mundo André Luiz.

